

**IPARDES**

Instituto Paranaense de  
Desenvolvimento Econômico e Social

**COMENTÁRIOS SOBRE OS  
RESULTADOS DO REGIC 2007**

**CURITIBA  
2009**

I59c Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social  
Comentários sobre os resultados do REGIC 2007 / Instituto  
Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. – Curitiba :  
IPARDES, 2009.

34 p.

1. Rede urbana. 2. Regiões metropolitanas. 3. Geografia urbana.  
4. Sul do Brasil. I. Regiões de Influência das Cidades. II. Título.

CDU 911.3:711.432 (816)

**GOVERNO DO PARANÁ**

Roberto Requião - *Governador*

**SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL**

Ênio José Verri - *Secretário*

**INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES**

Carlos Manuel dos Santos - *Diretor-Presidente*

Nei Celso Fatuch - *Diretor Administrativo-Financeiro*

Maria Lúcia de Paula Urban - *Diretora de Pesquisa*

Deborah Ribeiro Carvalho - *Diretora do Centro Estadual de Estatística*

Thaís Kornin - *Diretora do Centro de Treinamento para o Desenvolvimento*

**EQUIPE TÉCNICA**

Rosa Moura - *Coordenadora*

Anael Cintra

Nelson Ari Cardoso

Edicléia Furlanetto - *estagiária (acadêmica de Estatística)*

**EDITORAÇÃO**

Maria Laura Zocolotti - *Coordenação*

Léia Rachel Castellar - *Editoração de texto*

Luiza de Fátima P. Mendes Lourenço - *Normalização bibliográfica*

Stella Maris Gazziero - *Tratamento gráfico das ilustrações*

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	4
<b>1 NOTAS BREVES SOBRE O REGIC</b> .....	5
1.1 ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS .....	5
1.2 HIERARQUIA DA REDE URBANA DO BRASIL .....	8
1.3 EVOLUÇÃO DO POSICIONAMENTO DOS PRINCIPAIS CENTROS .....	11
<b>2 A REDE URBANA DA REGIÃO SUL</b> .....	13
2.1 PRINCIPAIS CENTRALIDADES SULINAS.....	13
2.2 REGIÕES DE INFLUÊNCIA DAS PRINCIPAIS CENTRALIDADES SULINAS .....	15
2.3 A REDE URBANA DO PARANÁ .....	20
<b>3 UM COMPARATIVO ENTRE ESCALAS DA REDE URBANA</b> .....	26
3.1 HIERARQUIAS URBANAS E NATUREZA DOS CENTROS .....	26
3.2 IDENTIFICAÇÃO DE AGLOMERAÇÕES .....	28
<b>4 TENDÊNCIAS E PERSPECTIVAS</b> .....	32
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	34

## INTRODUÇÃO

A sigla REGIC se refere aos estudos desenvolvidos pelo IBGE para a identificação das Regiões de Influência das Cidades, tendo o mais recente (REGIC 2007) sido divulgado em outubro de 2008 (IBGE, 2008). A importância de se deter nos resultados desses estudos se deve ao fato de que a organização da rede urbana, suas centralidades e as áreas de influência dos centros são fundamentais para o planejamento estatal e as decisões quanto à localização dos investimentos em atividades econômicas de produção, consumo privado e coletivo, e implantação de serviços (públicos e privados) em bases territoriais. São importantes também para prover ferramentas ao conhecimento das relações sociais vigentes e dos padrões espaciais que delas emergem, compondo um quadro de referência para a avaliação das condições de acesso da população aos serviços, conforme aponta o próprio documento divulgado.

O presente texto faz uma síntese dos resultados do estudo mais recente, dedicando maior atenção à rede do Paraná e Região Sul, posto que a extensão da influência de Curitiba transcende os limites político-administrativos estaduais, abrangendo grande parte dos municípios catarinenses.

Organiza-se em quatro seções. A primeira tece considerações sobre a abordagem teórica e metodológica adotada pelo REGIC 2007, destacando pressupostos, indicadores selecionados, universo e etapas da pesquisa, e faz uma breve descrição da hierarquia recente e da evolução das principais centralidades da rede urbana brasileira entre 1966 e 2007. A segunda seção particulariza a rede urbana da Região Sul, descreve suas centralidades e suas regiões de influência, e reserva maiores detalhes à rede urbana do Paraná, da qual historia sinteticamente a evolução de suas centralidades. Na terceira seção, é traçado um quadro comparativo entre os resultados do REGIC 2007 e os de duas classificações da rede urbana brasileira (CONFIGURAÇÃO, 2002 e OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2004), considerando a hierarquia dos centros e a abordagem quanto à natureza metropolitana e não-metropolitana dos mesmos; são comparadas ainda as aglomerações urbanas ou unidades congêneres identificadas nesses estudos ou adotadas para efeitos classificatórios. A quarta seção aponta tendências e perspectivas de mudanças no cenário urbano brasileiro.

## 1 NOTAS BREVES SOBRE O REGIC

### 1.1 ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

O estudo das regiões de influência das cidades, desenvolvido pelo IBGE, encontra-se em sua 4.<sup>a</sup> edição. Nesta, descreve fluxos entre cidades brasileiras, identifica a hierarquia entre os centros e dimensiona a abrangência de sua polarização. A primeira pesquisa foi realizada no ano de 1966 (IBGE, 1972),<sup>1</sup> a segunda, em 1978 (IBGE, 1987), a terceira, aplicada em 1993 (IBGE, 2000), e a pesquisa recente, em final de 2007 (IBGE, 2008). Todas foram operacionalizadas com base na definição de um rol de bens e serviços que, medidos o volume e a origem da procura, traduziram a diferenciação entre as localidades centrais e ofereceram condições para que fosse estabelecida a escala hierárquica dos centros.

Esses estudos foram realizados a partir da aplicação de questionários que investigaram os fluxos de consumidores em busca de bens e serviços. A nova hierarquia dos centros urbanos, bem como a delimitação das regiões de influência associadas a cada um deles, foi complementada com um amplo conjunto de dados secundários.

Segundo o IBGE (2008, p.8), "a introdução de novas tecnologias e alterações nas redes técnicas, o aprofundamento da globalização da economia brasileira e o avanço da fronteira de ocupação imprimiram modificações marcantes no território, o que indica a oportunidade de atualizar-se o quadro das regiões de influência das cidades".

Tais mudanças, associadas ao avanço da divisão técnica e territorial do trabalho, estimularam a organização em redes – da produção e distribuição, da prestação de serviços, da gestão política e econômica – cujos nós são constituídos pelas cidades. Apoiados em Offner<sup>2</sup> (citado por IBGE, 2008), os pesquisadores do IBGE pontuam a convivência de dois tipos de sistemas urbanos: o sistema de localidades centrais, com regiões formadas no entorno dos centros; e o sistema reticular, em que a cidade funciona como nó de uma rede mundial. Argumentam que

em um país como o Brasil, marcado por profundas desigualdades de renda e de acesso a mercados consumidores, a rede urbana divide-se entre uma arquitetura clássica desenhada pelos fluxos materiais – muitas vezes limitada aos níveis hierárquicos mais elementares para parcela significativa da população (CORRÊA)<sup>3</sup> – e os pontos inseridos nas redes globais, mais dinâmicos economicamente. (citado por IBGE, 2008, p.9).

---

<sup>1</sup> A pesquisa realizada em 1973 constituiu-se em uma "revisão atualizada do estudo Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas, publicado pelo IBGE em 1972, com base em informações contidas em questionários especialmente preparados e relativos ao ano de 1966". (IBGE, 1987).

<sup>2</sup> OFFNER, J. M. Territorial deregulation: local authorities at risk from technical networks. **International Journal of Urban and Regional Research**, Malden, MA: Wiley Interscience, v. 24, n. 1, p. 165-182, Mar. 2000.

<sup>3</sup> CORRÊA, R. L. As redes de localidades centrais nos países subdesenvolvidos. In: CORRÊA, R. L. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. Artigo previamente publicado na Revista Brasileira de Geografia, v. 50, n. 1, p. 61-83, jan./mar. 1988. Disponível em: <[http://biblioteca.ibge.gov.br/colecao\\_digital.htm](http://biblioteca.ibge.gov.br/colecao_digital.htm)>.

Com esse entendimento, buscam estabelecer o desenho da rede e, a partir dele, explorar os padrões de relacionamento para avaliar "em que medida, e onde, as relações entre os centros mantêm o padrão hierárquico característico das estruturas de localidades centrais ou em que medida, e onde, tendem a fortalecer as ligações horizontais entre centros de mesmo nível" (VELTZ,<sup>4</sup> 1996, p.60, citado por IBGE, 2008, p.9).

Demarcando os nós das redes hierárquicas, a gestão – pública e empresarial – estabelece relações de controle e comando entre centros urbanos, "propagando decisões, definindo relações e destinando investimentos" (p.9). Caracterizam, assim, os centros de gestão do território, que influenciam os demais centros. "As cidades, contudo, mantêm também relações horizontais, de complementaridade, que podem ser definidas pela especialização produtiva, pela divisão funcional de atividades e pela oferta diferencial de serviços." (p.9).

Assim, o estudo atual das Regiões de Influência das Cidades privilegia a função de gestão do território como definidora das hierarquias urbanas. Com base no entendimento de Correa<sup>5</sup> (1995, p.83, citado por IBGE, 2008, p.131), o estudo concebe *centro de gestão do território* como "aquela cidade onde se localizam, de um lado, os diversos órgãos do Estado e, de outro, as sedes de empresas cujas decisões afetam direta ou indiretamente um dado espaço que passa a ficar sob o controle da cidade através das empresas sediadas".

Para identificar esses centros, foram levantadas informações secundárias e registros administrativos de órgãos federais (Executivo e Judiciário) e de empresas privadas; ou seja, de subordinação administrativa no setor público federal, para definir a gestão federal, e de localização das sedes e filiais de empresas, para estabelecer a gestão empresarial. Complementarmente, foram consideradas informações secundárias correspondentes a equipamentos e serviços – informações sobre conexões aéreas, deslocamentos para internações hospitalares, áreas de cobertura das emissoras de televisão, oferta de ensino superior nos níveis de graduação e pós-graduação, diversidade de atividades comerciais e de serviços, instituições financeiras e oferta de serviços bancários, e presença de domínios de internet – capazes de dotar uma cidade de centralidade, complementando a identificação dos centros de gestão do território.

Do total de municípios, 1.082 foram identificados segundo o critério de gestão, sendo 906 centros de gestão federal e 724 de gestão empresarial. Desses dois grupos, 711 foram definidos como centros de gestão do território.

Identificados os centros, foram definidas as suas regiões de influência, com base nas redes de interação que conectam as cidades. Para esse procedimento, foi incorporada a intensidade das ligações entre as cidades, considerada esclarecedora da articulação das redes no território. Além de dados secundários, foram consideradas informações colhidas em inquéritos específicos. Nesse caso, como as informações disponíveis em fontes secundárias sobre fluxos – materiais e imateriais – entre

---

<sup>4</sup> VELTZ, P. **Mondialization, villes et territoires**: l'économie d'archipel. Paris: Presses Universitaires de France, 1996. 262 p. (Economie em liberté, 078-0988).

<sup>5</sup> CORRÊA, R. L. Identificação dos centros de gestão do território no Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro: IBGE, v. 57, n. 1, p. 83-102, jan./mar. 1995. Disponível em: <[http://biblioteca.ibge.gov.br/coleção\\_digital.htm](http://biblioteca.ibge.gov.br/coleção_digital.htm)>. Acesso em: ago. 2008.

idades nem sempre apresentaram a abrangência necessária, o IBGE realizou um levantamento específico nos municípios que não foram identificados como centros de gestão. "De um universo de 5.564 municípios vigentes em 2007, foram pesquisados 4.625, dos quais cerca de 85% têm menos de 20.000 habitantes." (IBGE, 2008, p. 9).

O questionário preenchido pela Rede de Agências do IBGE, em fins de 2007, investigou as principais ligações de transportes regulares, em particular as que se dirigem aos centros de gestão, e os principais destinos dos moradores dos municípios pesquisados para obter produtos e serviços (compras em geral, educação superior, aeroportos, serviços de saúde, bem como os fluxos para aquisição de insumos e o destino dos produtos agropecuários). Tal como nas pesquisas anteriores, o informante é o próprio agente do IBGE que, "por realizar pesquisas regulares e percorrer o território, tem conhecimento de sua área de jurisdição e acesso a fontes locais para confirmar as informações solicitadas" (p. 9).

Assim, a hierarquia dos centros urbanos levou em conta a classificação dos centros de gestão do território, a intensidade de relacionamentos e a dimensão da região de influência de cada centro, bem como as diferenciações regionais.

Observa-se que, para as cidades que constituem grandes aglomerações urbanas, a unidade de observação foi o conjunto da Área de Concentração de População (ACP) ou de suas subáreas (Sub-ACPs). O IBGE identificou 40 ACPs entre as cidades brasileiras, constituídas pela agregação de 336 municípios. Algumas ACPs dividem-se em subáreas, como a de São Paulo – que tem como núcleo principal a cidade de São Paulo, e como demais núcleos Campinas, Jundiaí, Santos, São José dos Campos e Sorocaba – e a de Porto Alegre, na qual se identifica uma subdivisão embrionária, sendo Porto Alegre o núcleo principal e Novo Hamburgo/São Leopoldo o subnúcleo (CASTELLO BRANCO, 2006). Conforme o IBGE (2008, p.11),

as ACPs são definidas como grandes manchas urbanas de ocupação contínua, caracterizadas pelo tamanho e densidade da população, pelo grau de urbanização e pela coesão interna da área, dada pelos deslocamentos da população para trabalho ou estudo. As ACPs se desenvolvem ao redor de um ou mais núcleos urbanos, em caso de centros conurbados, assumindo o nome do município da capital, ou do município de maior população.

O IBGE disponibiliza o estudo em documento impresso, com a matriz de dados secundários e a construída a partir do questionário anexas em CD-ROM, assim como todo esse material no *site* da instituição. Na divulgação recente, o IBGE apresenta não somente a composição da rede urbana brasileira, como os resultados das análises setoriais, além de mapear as regiões de influência das cidades delimitadas nos estudos anteriores, para permitir uma visão da evolução da rede urbana no período das quatro pesquisas realizadas.

Dada a diversidade e a riqueza das informações coletadas, e a variedade de análises que propiciam, o IBGE recomenda que os diferentes temas pesquisados sejam trabalhados a partir de múltiplas visões e enfoques, ressaltando ainda a variedade de escalas. "Este trabalho tem visão necessariamente nacional, e estudos em níveis menores poderão estabelecer recortes e articulações específicos." (IBGE, 2008, p.10). É o que se pretende na sequência.

## 1.2 HIERARQUIA DA REDE URBANA DO BRASIL

Os estudos de hierarquização da rede urbana iniciaram no IBGE em 1966, com vistas à elaboração da nova divisão regional do Brasil (IBGE, 1972). Segundo a instituição, tiveram como base metodológica as propostas de Rochefort<sup>6</sup> (1961, 1965) e Rochefort e Hautreux<sup>7</sup> (1963) usadas para análises da rede urbana francesa, buscando identificar os centros polarizadores, dimensionar as áreas de influência desses centros e os fluxos realizados nessas áreas. Valiam-se da análise da distribuição de bens (produtos industriais) e serviços (ligados ao capital, administração e direção, educação e saúde, e divulgação).

O formato metodológico adotado em 1966 deu origem aos estudos subsequentes. Nessa época, foi aplicado questionário, em municípios com população superior a 10 mil habitantes, que pesquisava locais onde eram buscadas 12 atividades não existentes no município, agrupadas em: atividade agrícola e extrativa vegetal; pecuária; atividade comercial; saúde, educação, estabelecimentos bancários, transporte e comunicações. Com base nos resultados das buscas, as classes de centros definidas foram: nível 1 - Grande Metrópole Nacional (São Paulo), Metrópole Nacional (Rio de Janeiro), Centros Metropolitanos Regionais (Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife e Salvador), Centros Macrorregionais (Belém, Curitiba, Fortaleza e Goiânia); nível 2 - Centros Regionais A e B; nível 3 - Centros Sub-regionais A e B; e nível 4 - Centros Locais A e B.

A pesquisa de 1978 teve como base metodológica a teoria das localidades centrais, de Christaller<sup>8</sup> (1966) que define as centralidade urbanas como decorrentes do papel de distribuição de bens e serviços para a população. Para essa teoria, bens e serviços de consumo frequente distribuem-se mais amplamente, estando presentes em um grande número de municípios, e atendem a áreas de maior proximidade, enquanto aqueles de uso raro têm alcance espacial maior, tendendo a localizar-se em um número menor de centros urbanos, que por essa qualificação funcional posicionam-se em patamar mais elevado na hierarquia urbana. Foram pesquisadas 1.416 sedes municipais, consideradas capazes de exercer centralidade além de seus limites municipais. O questionário apoiou-se em 76 funções centrais (bens e serviços), cuja concentração permitiu agrupar os municípios em seis conjuntos hierarquizados, designando os níveis de Metrópole Regional (Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Goiânia, Manaus, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo), Centro Submetropolitano, Capital Regional, Centro Sub-regional, Centro de Zona e Município Subordinado.

A pesquisa de 1993 considerou 46 funções centrais (bens e serviços), das quais 14 eram de baixa complexidade e frequentes nas cidades de hierarquia mais baixa, 30 eram geradoras de fluxos de média a alta complexidade e 2, de fluxos relativos à busca de serviços de informação. Foram

---

<sup>6</sup> ROCHEFORT, M. Método de estudo das redes urbanas (interesse da análise e do setor terciário na população ativa). **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro: IBGE, v. 19, n. 160, p.3-18, 1961; ROCHEFORT, M. La armature urbaine et le réseau urbain. Notions et problèmes méthodologiques d'analyse. **Revista Geográfica**, Rio de Janeiro: Instituto Pan-Americano de Geografia e História, n.63, t. 35, p.33-50, jul./dez. 1965.

<sup>7</sup> ROCHEFORT, M.; HAUTREUX, J. **La fonction régionale dans l'armature urbaine française**. Paris: Ministère de la Construction et de l'Équipement, 1963.

<sup>8</sup> CHRISTALLER, W. **Central places in Southern Germany**. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall, 1966. 230 p.

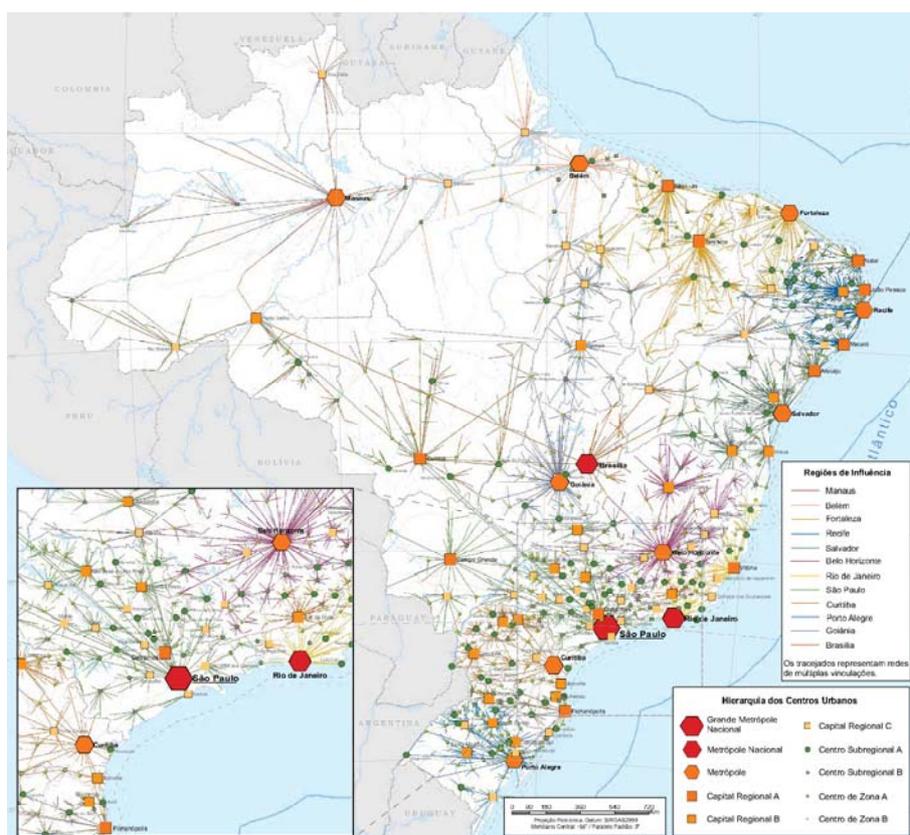
pesquisados 2.106 municípios com indicadores de centralidade extramunicipal, além daqueles com mais de 20 mil habitantes.

O estudo focava o papel das redes para viabilizar a circulação e a comunicação, fundamentais para a organização de um espaço onde os elementos fixos interagem pelo intercâmbio de fluxos. Ressaltava os diferentes níveis, intensidade e sentidos dos fluxos, sendo o espaço perpassado por redes desiguais e simultâneas, cujas ligações são utilizadas de maneiras distintas pelos vários agentes sociais. A rede de lugares centrais seria, então, um dos possíveis desenhos das redes geográficas (IBGE, 2008, p.131).

Foram definidos oito níveis de centralidade: máximo (Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Goiânia, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo), muito forte, forte, forte para médio, médio, médio para fraco, fraco e muito fraco.

A pesquisa de 2007 retoma a concepção dos primeiros estudos, estabelecendo uma classificação dos centros e a delimitação de suas áreas de influência. Classifica os municípios do Brasil em Metrôpoles, Capitais Regionais, Centros Sub-regionais, Centros de Zona e Centros Locais, formando uma rede urbana comandada por São Paulo (figura 1).

FIGURA 1 - REDE URBANA DO BRASIL - REGIC - 2007



As Metrôpoles agregam os 12 principais centros urbanos do país, todos de grande porte, com fortes relacionamentos entre si e, em geral, extensa área de influência direta. Dividem-se em três subníveis, segundo a extensão territorial e a intensidade dessas relações:

- a) Grande Metrópole Nacional: representada exclusivamente pela ACP de São Paulo, considerado o maior conjunto urbano do país, com 19,5 milhões de habitantes, em 2007, e alocado no primeiro nível da gestão territorial;
- b) Metrópole Nacional: representada pelas ACPs do Rio de Janeiro e de Brasília, as quais reúnem, respectivamente, 11,8 e 3,2 milhões de habitantes em 2007, ambas no primeiro nível da gestão territorial. Juntamente com São Paulo, constituem foco para centros localizados em todo o país;
- c) Metrópole: representada pelas ACPs de Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Goiânia, Manaus, Porto Alegre, Recife e Salvador, com popula o variando de 1,6 (Manaus) a 5,1 milhões (Belo Horizonte) e constituindo o segundo nível da gestão territorial – exceto Goiânia e Manaus, que se inserem no terceiro nível da gestão territorial, mas "têm porte e proje o nacional que lhes garantem a inclusão neste conjunto". (IBGE, 2008, p.11).

O conjunto das Capitais Regionais integra 70 centros que, "como as metr poles, também se relacionam com o estrato superior da rede urbana. Com capacidade de gestão no nível imediatamente inferior ao das metr poles, têm área de influência de âmbito regional, sendo referidas como destino, para um conjunto de atividades, por grande número de municípios" (p.11). Subdivide-se em três subníveis: A) que inclui 11 cidades, as capitais estaduais não classificadas no nível metropolitano e Campinas; B) constituído por 20 cidades; C) constituído por 39 cidades. Esses últimos se diferem do A pelo porte e pelo padrão de localiza o regionalizado, com o B mais presente no Centro-Sul e o C nas demais regiões do país.

Os Centros Sub-regionais são integrados por 169 centros com atividades de gestão menos complexas, área de atua o mais reduzida e relacionamentos com centros externos   sua própria rede ocorrendo, em geral, apenas com as três Metr poles Nacionais. Têm presença mais adensada nas áreas de maior ocupa o do Nordeste e do Centro-Sul, e mais esparsa nos espaços menos densamente povoados das Regiões Norte e Centro-Oeste. Também se subdividem em: Centro Sub-regional A (85 cidades) e Centro Sub-regional B (79 cidades).

Os Centros de Zona compõem um nível formado por 556 cidades de menor porte e com atua o restrita   sua área imediata, exercendo fun es de gestão elementares. Subdivide-se em Centros de Zona A, com 192 cidades, e B, com 364 cidades.

As demais 4.473 cidades, cuja centralidade e atua o não extrapolam os limites do município, servindo apenas aos seus pr rios habitantes, e que têm popula o predominantemente inferior a 10 mil habitantes, constituem os Centros Locais.

Em rela o   abrangência das redes dos centros de primeiro nível (metropolitanos), o trabalho aponta a supremacia da extensão da metrópole de São Paulo, que responde pela rela o com o maior número de Capitais Regionais, Centros Sub-regionais e municípios envolvidos, assim como pela maior propor o de popula o e do PIB nacional (tabela 1).

TABELA 1 - DIMENSÃO DAS REDES DE PRIMEIRO NÍVEL - BRASIL - 2007

REDES DE PRIMEIRO NÍVEL	DIMENSÃO						
	Capitais Regionais	Centros Sub-regionais	Centros de Zona	Municípios	População 2007	% Pop. do Brasil 2007	% PIB do Brasil 2005
São Paulo	20	33	124	1.028	51.020.582	28,0	40,5
Rio de Janeiro	5	15	25	264	20.750.595	11,3	14,4
Brasília	4	10	44	298	9.680.621	2,5	4,3
Manaus	1	2	4	72	3.480.028	1,9	1,7
Belém	3	11	10	161	7.686.082	4,2	2
Fortaleza	7	21	86	786	20.573.035	11,2	4,5
Recife	8	18	54	666	18.875.595	10,3	4,7
Salvador	6	16	41	486	16.335.288	8,8	4,9
Belo Horizonte	8	15	77	698	16.745.821	9,1	7,5
Curitiba	9	28	67	666	16.178.968	8,8	9,9
Porto Alegre	10	24	89	733	15.302.496	8,3	9,7
Goiânia	2	6	45	363	6.408.542	3,5	2,8

FONTE: IBGE (2008, p.13)

### 1.3 EVOLUÇÃO DO POSICIONAMENTO DOS PRINCIPAIS CENTROS

As pesquisas realizadas, mesmo com diferenças metodológicas, guardam comparabilidade entre as classes definidas em cada período (quadro 1).

QUADRO 1 - CORRESPONDÊNCIA ENTRE CATEGORIAS DE CENTROS DO REGIC

REGIC 1966	REGIC 1978	REGIC 1993	REGIC 2007
Grande Metrópole Nacional	Metrópole Regional	Máximo	Grande Metrópole Nacional
Metrópole Nacional			Metrópole Nacional
Centro Metropolitano Regional			Metrópole
Centro Macrorregional			
	Centro Submetropolitano	Muito forte	Capital Regional A
Centro Regional A	Capital Regional		Capital Regional B
Centro Regional B		Forte	Capital Regional C
Centro Sub-Regional A	Centro Sub-Regional	Forte para médio	Centro Sub-regional A
Centro Sub-Regional B		Médio	Centro Sub-regional B
Centro Local A	Centro de Zona	Médio para fraco	Centro de Zona A
Centro Local B		Fraco	Centro de Zona B

FONTE: IBGE (2008)

Um olhar comparativo entre os quatro estudos realizados, respeitadas as diferenças metodológicas, permite concluir que a rede urbana brasileira, em seus centros principais, pouco se alterou nas últimas décadas. São Paulo se destaca como a principal metrópole nas pesquisas de 1966 e 2007, que escalonaram diferenciações no nível metropolitano; enquanto as pesquisas de 1978 e 1993 agruparam as metrópoles em conjuntos únicos (quadro 2).

QUADRO 2 - CENTROS POSICIONADOS NOS NÍVEIS SUPERIORES DA HIERARQUIA URBANA - BRASIL

REGIC 1966	REGIC 1978	REGIC 1993	REGIC 2007
<b>Grande Metróp. Nacional</b>	<b>Metrópole Regional</b>	<b>Nível Máximo</b>	<b>Grande Metróp. Nacional</b>
São Paulo	São Paulo	São Paulo	São Paulo
<b>Metrópole Nacional</b>	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	<b>Metrópole Nacional</b>
Rio de Janeiro	Recife	Recife	Rio de Janeiro
<b>Centro Metróp. Regional</b>	Belo Horizonte	Belo Horizonte	Brasília
Recife	Salvador	Salvador	<b>Metrópole</b>
Belo Horizonte	Porto Alegre	Porto Alegre	Recife
Salvador	Manaus	Curitiba	Belo Horizonte
Porto Alegre	Curitiba	Fortaleza	Salvador
<b>Centro Macrorregional</b>	Fortaleza	Goiânia	Porto Alegre
Curitiba	Belém		Manaus
Fortaleza	Goiânia		Curitiba
Belém			Fortaleza
Goiânia			Belém
			Goiânia

FONTES: IBGE (2008)

O Rio de Janeiro domina isoladamente a segunda posição da escala de 1966 e passa a dividir essa posição com Brasília na de 2007. Observa-se que Brasília apenas ocupa um lugar de destaque na hierarquia urbana brasileira na pesquisa de 2007. Sem menosprezar sua importância, essa posição certamente é beneficiada pela ênfase que essa pesquisa dá à função de gestão federal do território.

Outras pequenas mudanças ocorrem com as metrópoles do Norte, Manaus e Belém. A primeira aparece entre as metrópoles nas pesquisas de 1978 e 2007, integrando, juntamente com Belém, o segundo nível de centralidade (muito forte) na pesquisa de 1993. Exceto nessa pesquisa, nas demais Belém se posiciona entre os centros de níveis superiores.

Das metrópoles sulinas, Porto Alegre se mantém no terceiro escalonamento nas pesquisas de 1966 e 2007, enquanto Curitiba ascende do quarto escalonamento, onde se situava na pesquisa de 1966, para o terceiro na de 2007. Nas pesquisas de 1978 e 1993, ambas se mantêm no conjunto em posição superior.

## 2 A REDE URBANA DA REGIÃO SUL

### 2.1 PRINCIPAIS CENTRALIDADES SULINAS

As metrópoles sulinas demonstram relevância na organização da rede. Conforme descreve o estudo do IBGE (2008), Curitiba polariza 9 Capitais Regionais e 28 Centros Sub-regionais, abrangendo um conjunto de 666 municípios, 8,8% da população de 2007 e 9,9% do PIB de 2005 do total do Brasil. Porto Alegre polariza 10 Capitais Regionais, 24 Centros Sub-regionais, um conjunto de 733 municípios, 8,3% da população e 9,7% do PIB do Brasil. Essas duas metrópoles compartilham a polarização da rede urbana do Estado de Santa Catarina.

As principais centralidades da Região Sul, que compõem as categorias superiores – Metrópole, Capitais Regionais e Centros Sub-regionais – agregam 56 centros (quadro 3).

QUADRO 3 - CLASSIFICAÇÃO DOS CENTROS DOS NÍVEIS SUPERIORES DA REDE URBANA - REGIÃO SUL - 2007

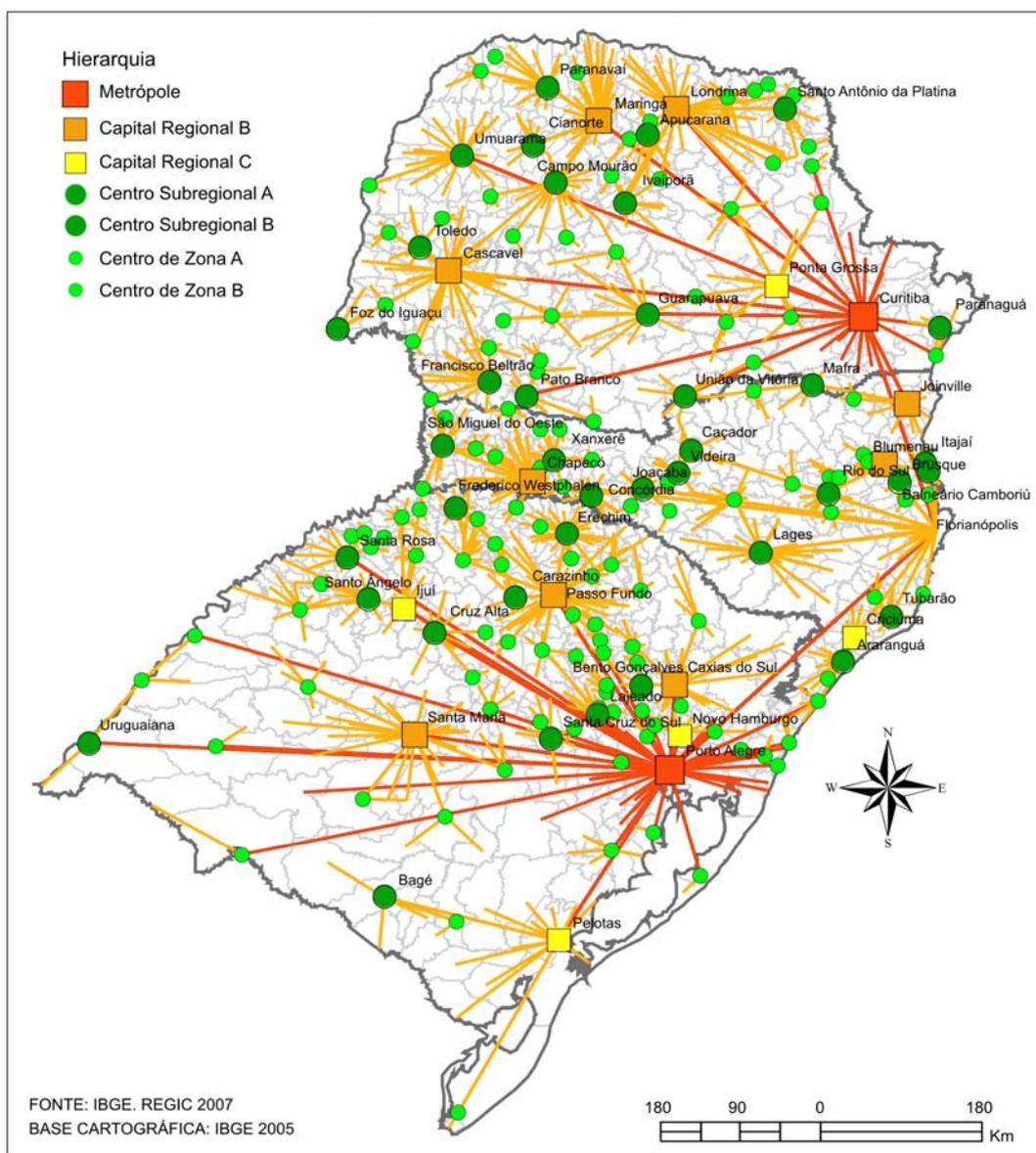
<b>Metrópole</b>	<b>Centro Sub-regional A</b>	<b>Centro Sub-regional B</b>
ACP de Curitiba	Apucarana	Araranguá
Sub-ACP de Porto Alegre	Bagé	Balneário Camboriú
<b>Capital Regional A</b>	Bento Gonçalves	Brusque
ACP de Florianópolis	Caçador	Carazinho
<b>Capital Regional B</b>	Campo Mourão	Cianorte
ACP de Caxias do Sul	Erechim	Concórdia
ACP de Joinville	Foz do Iguaçu	Cruz Alta
ACP de Londrina	Francisco Beltrão	Frederico Westphalen
ACP de Maringá	Guarapuava	Ivaiporã
Blumenau	Itajaí	Mafra
Cascavel	Joaçaba	Santo Antônio da Platina
Chapecó	Lages	São Miguel do Oeste
Passo Fundo	Lajeado	União da Vitória
Santa Maria	Paranaguá	Videira
<b>Capital Regional C</b>	Paranavaí	Xanxerê
ACP de Pelotas - Rio Grande	Pato Branco	
Criciúma	Rio do Sul	
Ijuí	Santa Cruz do Sul	
Ponta Grossa	Santa Rosa	
Sub-ACP de Novo Hamburgo/São Leopoldo	Santo Ângelo	
	Toledo	
	Tubarão	
	Umuarama	
	Uruguaiana	

FONTE: IBGE (2008)

Em 1966, Porto Alegre detinha a posição superior da rede urbana sulina, como Centro Metropolitano Regional, aproximando-se de Curitiba a partir de 1978. O que diferencia essas metrópoles na pesquisa de 2007 é a destacada posição de Novo Hamburgo, constituindo uma Sub-ACP classificada como Capital Regional C, no entorno da Sub-ACP de Porto Alegre, de certo modo ampliando a extensão da centralidade metropolitana e agregando a ela uma subcentralidade. A ACP de Caxias do Sul e os Centros Sub-regionais A de Bento Gonçalves, Lajeado e Santa Cruz do Sul também

se avizinham desse espaço, fortalecendo e densificando ainda mais a sua posição perante o Estado e a Região Sul (figura 2).

FIGURA 2 - REGIÕES DE INFLUÊNCIA DAS CIDADES DA REGIÃO SUL - REGIC - 2007



Na Região Sul, dos Centros Regionais A, da pesquisa de 1966 – Blumenau, Caxias do Sul, Florianópolis, Londrina, Passo Fundo, Ponta Grossa e Santa Maria –, Londrina tem a única ascensão hierárquica, posicionando-se, em 1978, como Centro Submetropolitano, enquanto os demais permaneceram na posição de Capitais Regionais. Em 2007, Londrina declina regionalmente para a classificação de Capital Regional B, sendo superada pela ACP de Florianópolis, que passa a ser o único município da Região Sul na classificação de Capital Regional A. Todos os demais classificam-se como Capitais Regionais B, exceto Ponta Grossa, que posiciona-se como Capital Regional C.

Entre as demais Capitais Regionais (B e C) sulinas, exceto Cascavel, que se eleva de Centro Sub-regional A, em 1966, para Capital Regional B, em 2007, todos os demais mantêm-se em posições compatíveis ao longo do período.

Mudanças notáveis ocorrem na trajetória dos centros classificados como Sub-regionais em 2007, entre os quais muitos declinaram da posição de Centros Regionais em 1966. É o que ocorre com Pato Branco, no Paraná; Joaçaba, Lages e Tubarão, em Santa Catarina; e Erechim, Santa Rosa, Santo Ângelo e Cruz Alta, no Rio Grande do Sul.

Em contraposição, outros se elevam de Centros Sub-regionais, em 1996, para Capitais Regionais, em 1978, retornando à posição precedente em 2007, como Apucarana, Guarapuava, Paranavaí e Umuarama, no Paraná; e Santa Cruz do Sul, no Rio Grande do Sul.

Nos casos de Apucarana e Santa Cruz do Sul, a localização próxima a centralidades superiores, como Londrina, no primeiro caso, e Porto Alegre, no segundo, pode interferir na qualificação de suas funções urbanas e na atração exercida sobre centros vizinhos.

Bagé e Uruguaiana têm trajetória descontínua, elevando-se de Centros de Zona, em 1966, para Capital Regional, em 1978, decaindo para Centros Sub-regionais na última pesquisa; também Santana do Livramento, que assume a posição de Capital Regional, em 1978, tendo se elevado da classe de Centro Local A, em 1966, e voltado a Centro de Zona B, em 2007. Santana do Livramento e Uruguaiana, ambos fronteiriços, se aparentemente sugerem um certo esgotamento de suas funções, na realidade estão posicionados nas classes mais baixas pelo fato de a pesquisa ter como recorte apenas o território nacional, não contemplando fluxos e relações importantes entre esses centros fronteiriços e centros dos países vizinhos. Se as ligações entre eles fossem medidas, certamente elevariam suas posições na escala da rede urbana do Brasil.

Também com trajetória descontínua, Tubarão, de Centro Regional B, em 1966, decai para Centro de Zona, em 1978, elevando-se para a posição de Centro Sub-regional A em 2007 – movimentos que sinalizam a intensificação da atividade econômica na porção leste de Santa Catarina.

Essas mudanças de posicionamento na escala hierárquica da classificação dos centros refletem a dinâmica socioeconômica e os fluxos de pessoas e capitais no espaço, ora reforçando ora esvaziando as funções de determinadas centralidades. Note-se que algumas centralidades têm trajetórias ascendentes, sem recuos, enquanto outras passam por apogeu temporários. Entretanto, de modo geral, pode-se afirmar que os nós da rede urbana sulina se mantêm os mesmos desde os anos de 1960; o que se altera é o conteúdo, o papel funcional exercido por eles.

Destacam-se nessas alterações o reforço dos espaços metropolitanos e a expansão de sua extensão física, absorvendo outras centralidades vizinhas – como se constata em Porto Alegre –, a qualificação funcional e a concentração majoritária dos indicadores considerados na pesquisa de 2007, nessas ACPs, cabendo a mesma observação a Florianópolis, que embora não tenha sido classificada como metropolitana, se distingue entre as demais centralidades da região.

## 2.2 REGIÕES DE INFLUÊNCIA DAS PRINCIPAIS CENTRALIDADES SULINAS

A metrópole de Curitiba é composta por todos os municípios que conformam sua ACP, quais sejam: Almirante Tamandaré, Araucária, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo Magro, Colombo, Fazenda Rio Grande, Itaperuçu, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras, Rio Branco do Sul e São

José dos Pinhais. Segundo o REGIC 2007, Curitiba tem uma região de influência que transcende os limites do Estado do Paraná (ver figura 2).

Curitiba e sua rede reúnem 8,8% da população do País e 9,9% do PIB nacional. Em Curitiba, concentram-se 18,6% da população e 23,5% do PIB da rede. O PIB *per capita* indica menos desigualdade na renda, ainda que o do centro seja superior ao do restante da rede (R\$ 16,6 mil e R\$ 12,3 mil, respectivamente), com uma das menores razões, entre todas as redes. Abrange os Estados do Paraná e de Santa Catarina (compartilhando com Porto Alegre a área de Florianópolis). Compõem a rede Florianópolis (Capital regional A); Cascavel, Londrina, Maringá, Blumenau, Chapecó e Joinville (Capitais regionais B); e Ponta Grossa e Criciúma (Capitais regionais C). Também fazem parte da rede os Centros sub-regionais A de Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Toledo, Apucarana, Campo Mourão, Paranavaí, Guarapuava, Paranaguá, Pato Branco, Umuarama, Rio do Sul, Caçador, Itajaí, Joaçaba, Lages e Tubarão; e os Centros sub-regionais B de Ivaiporã, Santo Antônio da Platina, Cianorte, União da Vitória, Concórdia, São Miguel do Oeste, Xanxerê, Araranguá, Videira, Balneário Camboriú e Mafra (IBGE, 2008, p.14-15).

Além das centralidades a partir das quais vai tecendo sua rede (quadro 4), Curitiba abrange em sua região de influência direta os municípios de Adrianópolis, Agudos do Sul, Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Cerro Azul, Contenda, Doutor Ulysses, Lapa, Mandirituba, Quitandinha, Tijucas do Sul e Tunas do Paraná, todos integrados nos limites oficiais da Região Metropolitana de Curitiba, embora com níveis de integração à dinâmica metropolitana entre baixo e muito baixo (MOURA *et al.*, 2006).

A rede de influência exclusiva de Curitiba abrange as demais centralidades do Estado do Paraná e suas respectivas áreas de influência. Das centralidades de Santa Catarina, Joinville e sua área de influência também são polarizados exclusivamente por Curitiba. Guaíra, no Paraná, é polarizado por Umuarama na região de influência de Curitiba, ao mesmo tempo que por Novo Mundo (MS), na região de influência de Dourados (MS).

Ao todo, Curitiba polariza com exclusividade 538 municípios dos estados do Paraná e Santa Catarina; compartilha com Porto Alegre a polarização de mais 229 municípios desses estados. Na rede de centros vinculada a Curitiba e Porto Alegre, estão a maioria das centralidades de Santa Catarina (quadro 5).

Além dessa influência compartilhada, Porto Alegre polariza uma extensa rede urbana (quadro 6; figura 2). O perfil dessa metrópole é assim sintetizado pelos organizadores da pesquisa:

A população da rede urbana de Porto Alegre representa 8,3% do total nacional e o PIB é de 9,7%. Porto Alegre concentra 19,2% da população e 24,1% do PIB da rede; o seu PIB *per capita*, de R\$ 17,1 mil, é relativamente pouco superior ao do restante da rede (R\$ 12,8 mil). Abrange os Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, dividindo a área de Florianópolis com Curitiba. Compõem a rede a Capital regional A de Florianópolis; as Capitais regionais B de Caxias do Sul, Passo Fundo e Santa Maria; as Capitais regionais C de Ijuí, Novo Hamburgo/São Leopoldo, Pelotas/Rio Grande e Criciúma; os Centros sub-regionais A de Bento Gonçalves, Erechim, Santo Ângelo, Bagé, Lajeado, Santa Cruz do Sul, Santa Rosa, Uruguaiana, Rio do Sul, Caçador, Itajaí, Joaçaba, Lages e Tubarão; e os Centros Sub-regionais B de Carazinho, Frederico Westphalen, Cruz Alta, Brusque, Concórdia, São Miguel do Oeste, Xanxerê, Araranguá, Videira e Balneário Camboriú (IBGE, 2008, p.15).

QUADRO 4 - REGIÃO DE INFLUÊNCIA DE CURITIBA - REGIC 2007

METRÓPOLE	CAPITAL REGIONAL A	CAPITAL REGIONAL B	CAPITAL REGIONAL C	CENTRO SUB-REGIONAL A	CENTRO SUB-REGIONAL B	CENTRO ZONA A	CENTRO ZONA B
Curitiba	Florianópolis					Tijucas	
Curitiba		Cascavel		Foz do Iguaçu		Medianeira	
				Francisco Beltrão		Dois Vizinhos	
							Barracão
				Toledo		Assis Chateaubriand	
						Laranjeiras do Sul	
						Marechal Cândido Rondon	
							Capanema
Curitiba		Londrina		Apucarana		Jandaia do Sul	
					Ivaiporã		São João do Ivaí
					Santo Antônio da Platina		Siqueira Campos
						Arapongas	
						Cornélio Procópio	
						Ibaiti	
						Jacarezinho	
							Andirá
							Faxinal
Curitiba		Maringá		Campo Mourão			Campina da Lagoa
							Goioerê
							Roncador
				Paranavaí		Loanda	
							Nova Londrina
					Cianorte		Paranacity
Curitiba		Joinville			Mafra	Canoinhas	
							Rio Negro
							São Bento do Sul
Curitiba			Ponta Grossa			Irati	
						Telêmaco Borba	
							Jaguariaíva
							Palmeira
							Prudentópolis
Curitiba				Guarapuava			Pitanga
							Prudentópolis
							Quedas do Iguaçu
Curitiba				Paranaguá			
Curitiba				Pato Branco		Palmas	
							Chopininho
							Coronel Vivida
São Paulo	Campo Grande		Dourados			Novo Mundo	Guaira
Curitiba				Umuarama			Guaira
Curitiba					União da Vitória		São Mateus do Sul
							Porto União
Curitiba							Matinhos
Curitiba							Wenceslau Braz

FONTE: IBGE (2008)

QUADRO 5 - REGIÃO DE INFLUÊNCIA COMPARTILHADA CURITIBA/PORTO ALEGRE - REGIC 2007

METRÓPOLE	CAPITAL REGIONAL A	CAPITAL REGIONAL B	CAPITAL REGIONAL C	CENTRO SUB-REGIONAL A	CENTRO SUB-REGIONAL B	CENTRO ZONA A	CENTRO ZONA B
Curitiba/ Porto Alegre	Florianópolis	Blumenau		Rio do Sul			Ibirama
							Ituporanga
							Taió
					Balneário Camboriú		
					Brusque		São João Batista
						Timbó	
							Indaial
							Pres. Getúlio
Curitiba/ Porto Alegre	Florianópolis	Chapecó		Concórdia			Itapiranga
					São Miguel do Oeste		São José do Cedro
							Abelardo Luz
					Xanxerê		Ponte Serrada
							São Domingos
						Maravilha	
						Pinhalzinho	
							São Lourenço do Oeste
							Seara
							Xaxim
			Nonoai				
Curitiba/ Porto Alegre	Florianópolis	Criciúma		Araranguá			Sombrio
					Caçador	Videira	Tangará
					Itajaí	Balneário Camboriú	
					Joaçaba		Campos Novos
							Capinzal
					Lages		Curitibanos
					Tubarão		Braço do Norte
							Imbituba

FONTE: IBGE (2008)

QUADRO 6 - REGIÃO DE INFLUÊNCIA DE PORTO ALEGRE - REGIC 2007

(continua)

METRÓPOLE	CAPITAL REGIONAL A	CAPITAL REGIONAL B	CAPITAL REGIONAL C	CENTRO SUB-REGIONAL A	CENTRO SUB-REGIONAL B	CENTRO ZONA A	CENTRO ZONA B
Porto Alegre		Caxias do Sul		Bento Gonçalves		Nova Prata	Garibaldi Veranópolis Nova Petrópolis
						Vacaria	
Porto Alegre		Passo Fundo		Erechim			Getúlio Vargas São Valentim Constantina Cristal do Sul
					Carazinho	Sarandi	
					Frederico Westphalen		
						Lagoa Vermelha	
						Marau	
						Palmeira das Missões	Rodeio Bonito
						Soledade	Arvorezinha Casca Espumoso Sananduva Serafina Corrêa Tapejara
Porto Alegre		Santa Maria				Caçapava do Sul Santiago São Gabriel	
Porto Alegre			Ijuí	Santo Ângelo		Cerro Largo São Luiz Gonzaga	Santo Augusto Tenente Portela
						Três Passos	
Porto Alegre			Novo Hamburgo/ São Leopoldo				São Sebastião do Caí
Porto Alegre			Pelotas/ Rio Grande	Bagé			Pinheiro Machado Santa Vitória do Palmar
Porto Alegre				Lajeado		Encantado	Arvorezinha Muçum Teutônia Arroio do Meio
						Estrela	
Porto Alegre				Santa Cruz do Sul		Venâncio Aires	Sinimbu
Porto Alegre				Santa Rosa		Três de Maio	Boa Vista do Buricá Horizontina Tucunduva
Porto Alegre				Uruguaiana			Itaqui
					Cruz Alta	Ibirubá	Salto do Jacuí

QUADRO 6 - REGIÃO DE INFLUÊNCIA DE PORTO ALEGRE - REGIC 2007

(conclusão)

METRÓPOLE	CAPITAL REGIONAL A	CAPITAL REGIONAL B	CAPITAL REGIONAL C	CENTRO SUB-REGIONAL A	CENTRO SUB-REGIONAL B	CENTRO ZONA A	CENTRO ZONA B
Porto Alegre						Camaquã	
						Guaporé	
						Montenegro	Salvador do Sul
						Osório	
						São Borja	Itaqui
						São Jerônimo	
						Taquara	
						Torres	
							Alegrete
							Capão da Canoa
							Mostardas
							Santana do Livramento
							Santo Antônio da Patrulha
							Sobradinho
							Tapes
							Tramandaí

FONTE: IBGE (2008)

Considerando as áreas de influência desses centros, Porto Alegre tem um conjunto de 385 municípios em sua rede, além dos municípios cuja polarização compartilha com Curitiba. Alguns municípios de sua rede exclusiva estão sob sua influência direta, sem nenhum patamar de centralidade intermediária. É o caso de Balneário Pinhal, Barão, Barão do Triunfo, Barra do Ribeiro, Butiá, Capivari do Sul, Cerro Grande do Sul, Charqueadas, Cidreira, Encruzilhada do Sul, Fazenda Vilanova, Glorinha, Igrejinha, Mariana Pimentel, Minas do Leão, Palmares do Sul, Rosário do Sul, Sertão Santana, Tabaí, Taquari, Três Coroas, Triunfo e Xangri-lá. Alguns estão incluídos nos limites oficiais da Região Metropolitana de Porto Alegre, como Charqueadas, Triunfo e Glorinha, apresentando níveis de integração à dinâmica metropolitana médio, os dois primeiros, e baixo, o último. Outros fazem parte da Aglomeração Urbana do Litoral Norte do Estado.

### 2.3 A REDE URBANA DO PARANÁ

A possibilidade de comparação dos resultados das quatro pesquisas do IBGE, apesar de suas especificidades e distinções metodológicas, contribui para que se tenha uma trajetória da evolução da rede e da hierarquia dos centros. De modo geral, a categoria superior se manteve inalterada ao longo do período 1966-2007, com Curitiba representando a principal centralidade do Estado em todas as pesquisas realizadas.

A pesquisa de 1978 introduziu a categoria de Centro Submetropolitano, como segunda posição na hierarquia de centros do Brasil, que não se manteve nas pesquisas subsequentes. Londrina ocupou essa posição num momento em que a economia do Estado ainda não estava tão concentrada no entorno de Curitiba – historiando o apogeu econômico do Norte Central, tendo em Londrina a segunda posição entre os centros da Região Sul. Seu declínio na escala nacional da rede da urbana, por certo,

associa-se à consolidação da indústria no espaço metropolitano, com a implantação da Refinaria da Petrobrás e a criação dos distritos industriais de Curitiba e Araucária, que impulsionaram a concentração da renda, a diversificação produtiva e no âmbito do comércio e serviços, e a qualificação do espaço metropolitano, distanciando, nessa escala, cada vez mais a metrópole de Curitiba de Londrina e dos demais centros paranaenses.

Os resultados da pesquisa de 1978 registram também o período em que a modernização do campo provocou intenso êxodo do rural para o urbano, reforçando um grande conjunto de centros regionais no interior do Estado – tanto é que foram identificados quatro Centros Regionais na pesquisa de 1966, passando a oito, na categoria compatível da pesquisa de 1978 (quadro 7).

QUADRO 7 - EVOLUÇÃO DA HIERARQUIA DOS CENTROS DA REDE URBANA DO PARANÁ

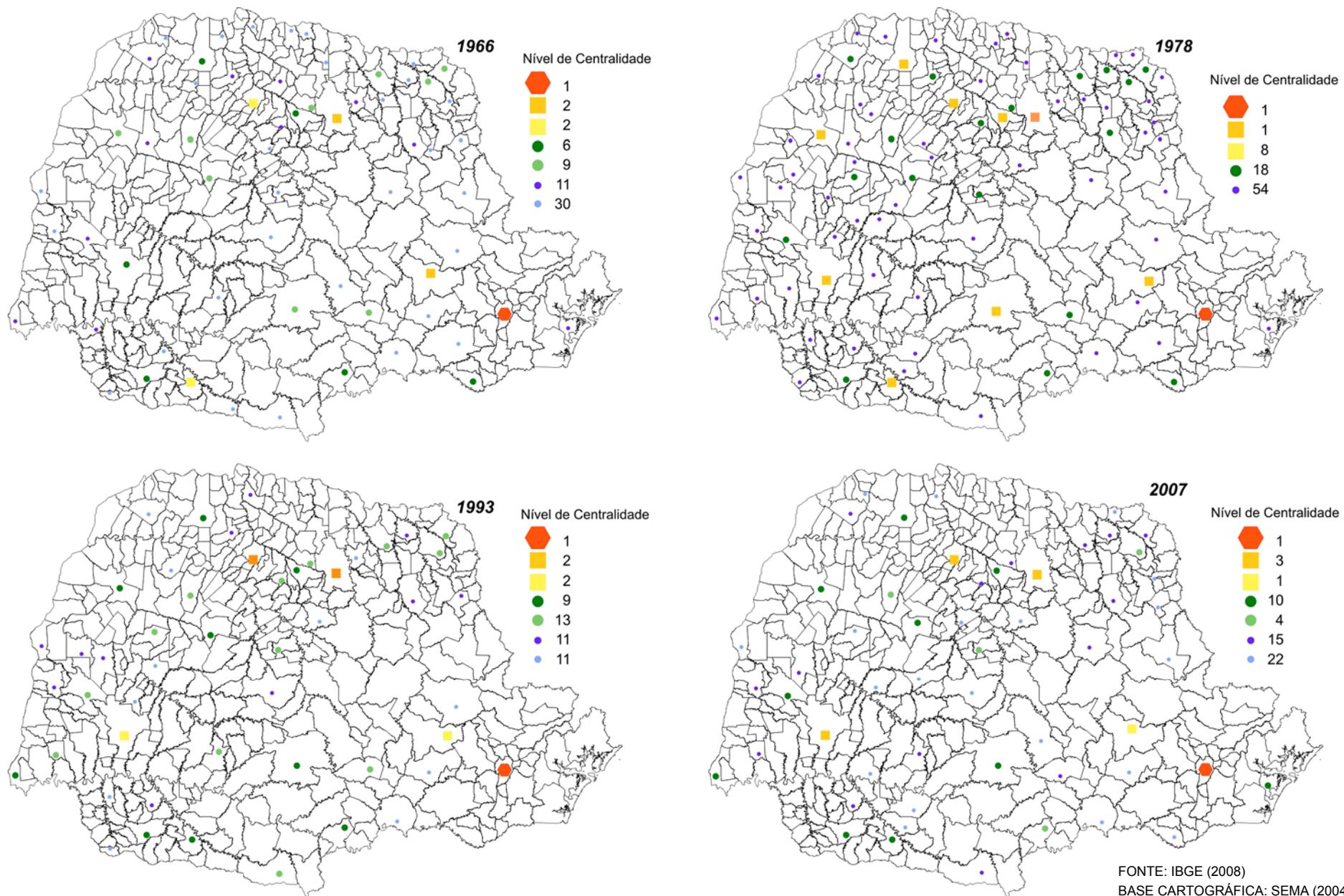
REGIC 1966		REGIC 1978		REGIC 1993		REGIC 2007	
Denominação	N.º	Denominação	N.º	Denominação	N.º	Denominação	N.º
Centro Macrorregional	1	Metrópole Regional	1	Máximo	1	Metrópole	1
		Centro Submetropolitano	1				
Centro Regional A	2	Capital Regional	8	Muito forte	2	Capital Regional B	3
Centro Regional B	2			Forte	2	Capital Regional C	1
Centro Sub-Regional A	6	Centro Sub-Regional	18	Forte para médio	9	Centro Sub-regional A	10
Centro Sub-Regional B	9			Médio	13	Centro Sub-regional B	4
Centro Local A	11	Centro de Zona	54	Médio para fraco	11	Centro de Zona A	15
Centro Local B	30			Fraco	11	Centro de Zona B	22

FONTE: IBGE (2008)

Em 1966, na sequência hierárquica da rede urbana do Paraná, apareciam Londrina e Ponta Grossa, como Centros Regionais A, e Maringá e Pato Branco, como Centros Regionais B (figura 3). Destaca-se o importante papel desempenhado por Ponta Grossa e Pato Branco nessa época, bastante modificado, cada qual por suas especificidades, comparativamente a 2007, que classifica Ponta Grossa como Capital Regional C, tendo em posições superiores Londrina, Maringá e Cascavel (Capitais Regionais B); Pato Branco se mantém como Capital Regional na pesquisa de 1978, mas na atual é classificado como Centro Sub-regional A.

Entre essas categorias superiores, cabe menção a Cascavel, que em 1966 classificava-se como Centro Sub-regional A, passando em 1978 a Capital Regional, posição na qual se mantém na pesquisa mais recente, como Capital Regional B.

FIGURA 3 - EVOLUÇÃO DA HIERARQUIA URBANA - PARANÁ - 1966, 1978, 1993 E 2007



A pesquisa de 1993 adota um novo padrão classificatório, mas que guarda correspondência com as categorias anteriormente definidas. Revela um reequilíbrio na rede de cidades, seja por detalhes metodológicos seja pelo próprio rearranjo sofrido e consolidado pelo conjunto de centralidades. A classificação resultante se expressa em níveis de centralidade, e, no nível máximo, enquadra-se apenas Curitiba. No nível muito forte enquadram-se Londrina e Maringá, havendo um descenso de Londrina, ofuscada tanto pelo crescente poder concentrador de Curitiba quanto pela ascensão de Maringá, que se posiciona entre os principais centros do Paraná. Ressalte-se que as duas Capitais Regionais A, identificadas em 1966, diziam respeito a Londrina e Ponta Grossa, e que esta última deve seu declínio na hierarquia pela proximidade com Curitiba.

Estavam, assim, definidos em 1993 dois conjuntos importantes de centralidades no Estado: o metropolitano, considerando Ponta Grossa em seu entorno mais distante, com um centro de nível máximo e outro de nível forte; e o do Norte Central, com dois centros de nível muito forte. Esses conjuntos se mantêm como os mais expressivos do Estado na pesquisa de 2007. Estudos do IPARDES (2004; 2005) apontam para uma aproximação espacial de centralidades no Norte Central paranaense, com as ACPs de Londrina e Maringá polarizando um conjunto urbano que ainda conta com Apucarana, classificado como Centro Sub-regional A, e para uma organização mais complexa, unindo numa mesma espacialidade as ACPs de Curitiba, Paranaguá e Ponta Grossa, com seus respectivos municípios aglomerados, configurando o que se denomina 1.º espaço relevante (IPARDES, 2005; 2006), ou um arranjo urbano-regional (MOURA, 2008).

A pesquisa de 2007 ainda revela um novo elo importante da rede, que se fortalece no Oeste paranaense, com a ascensão de Cascavel à categoria de Capital Regional B. Alguns estudos (IPARDES, 2008; REOLOM, 2007) apontam inclusive a configuração de uma aglomeração bipolarizada por Cascavel e Toledo, este classificado como Centro Sub-regional A, além da conformação de um eixo, a partir dessa aglomeração, articulando um conjunto de pequenas centralidades, tendo Foz do Iguaçu, também classificado como Centro Sub-regional A, na outra ponta. Nesse caso, também se pondera que esse posicionamento esteja subavaliado, pelo fato de a pesquisa restringir-se ao território nacional e desconsiderar as conexões desse centro com outros dos países vizinhos, com os quais comprovadamente conforma uma aglomeração urbana transfronteiriça (IPARDES, 2008).

Os Centros Sub-regionais mostram pouca alteração nesses anos, elevando-se de 15, em 1966, para 18, em 1978, e declinando para a 14, em 2007. Pode-se dizer que alguns tiveram elevação em sua posição hierárquica ao longo do período, outros oscilaram, elevando-se ou decaindo na pesquisa intermediária, enquanto outros perderam posição:

- Apucarana, Paranaíba, Umuarama e Guarapuava classificaram-se como Capitais Regionais em 1966, elevando-se à categoria de Centros Regionais, em 1978, retornando à posição inicial, em 2007, como Centros Sub-regionais.
- Francisco Beltrão, União da Vitória, Campo Mourão, Cianorte e Santo Antônio da Platina mantiveram-se na classificação de Centros Sub-regionais nas três pesquisas.
- Ivaiporã e Toledo elevam-se de Centros Locais, em 1966, para Centros Sub-regionais nas demais pesquisas; e Foz do Iguaçu e Paranaguá mantêm-se como Centros Locais

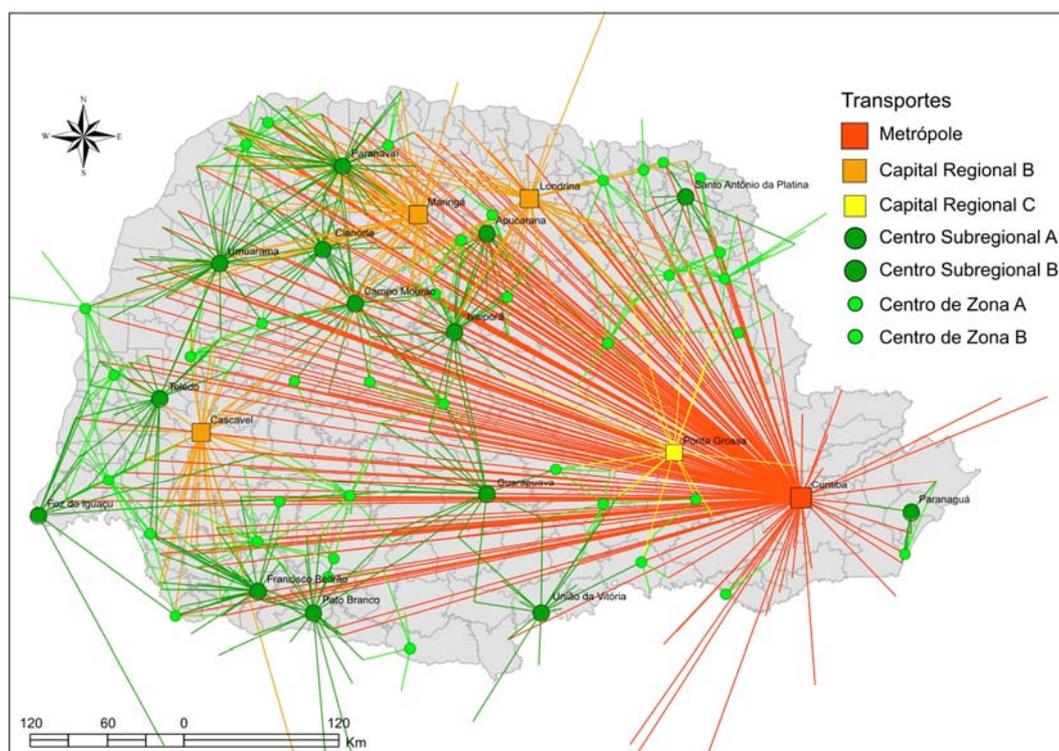
em 1966, na categoria correspondente Centros de Zona, em 1978, elevando-se para Centros Sub-regionais em 2007.

- Arapongas, Cornélio Procópio, Irati, Jacarezinho e Rio Negro declinam de Centros Sub-regionais, nas pesquisas de 1966 e 1978, para Centros de Zona, na de 2007.
- Jandaia do Sul, Ibaiti, Loanda, Nova Esperança e Bandeirantes, em 1966, foram considerados Centros de Zona, elevando-se para Centros Sub-regionais, em 1978, retornando à posição de Centros de Zona em 2007.

Entre os demais centros, percebe-se ainda alguma alteração favorável no grau inferior da hierarquia em Laranjeiras do Sul e Palmas, que ascendem de Centros Locais B, em 1966, para Centros de Zona A, em 2007.

Do conjunto de informações utilizadas para identificar as regiões de influência dessas centralidades, foram selecionadas e mapeadas para o Estado do Paraná, para efeito ilustrativo deste trabalho, algumas consideradas mais reveladoras de novos padrões de relacionamentos, como domínios de internet; confirmadoras de funções públicas de interesse comum entre municípios de aglomerações, como transporte coletivo (figura 4); e expoentes do exercício de papéis mais qualificados, reservados às principais centralidades das hierarquias urbanas, como serviços de saúde (figura 5) ou cursos de pós-graduação (figura 6).

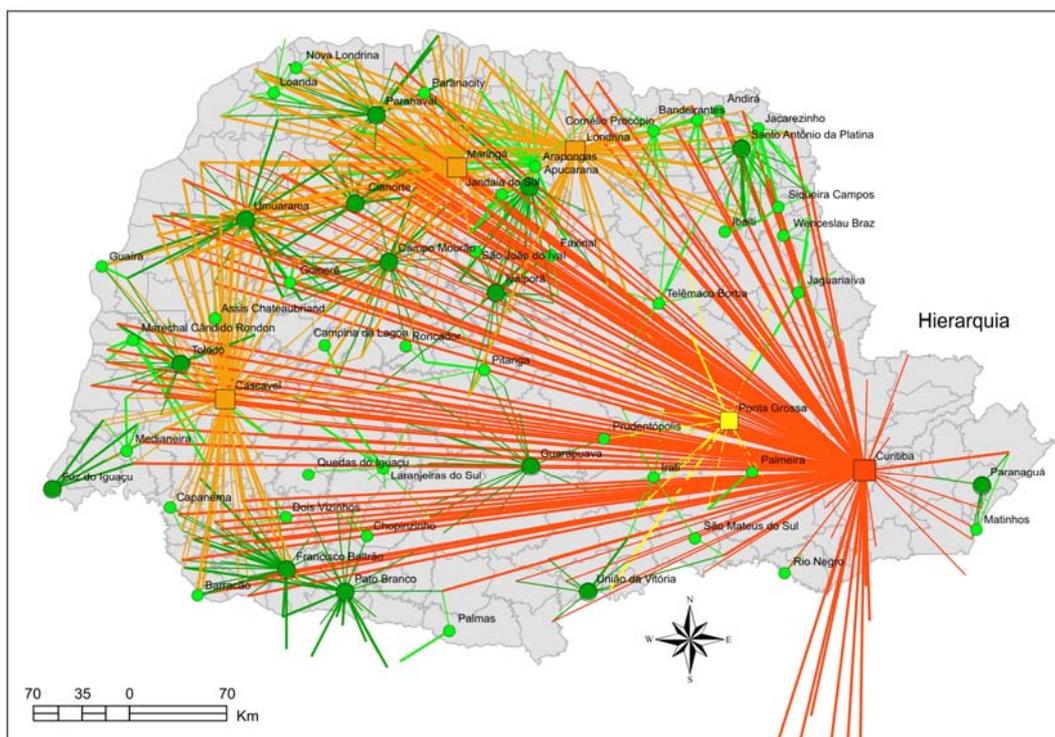
FIGURA 4 - DESTINOS DOS TRANSPORTES COLETIVOS - PARANÁ - 2007



FONTE: IBGE (2008)

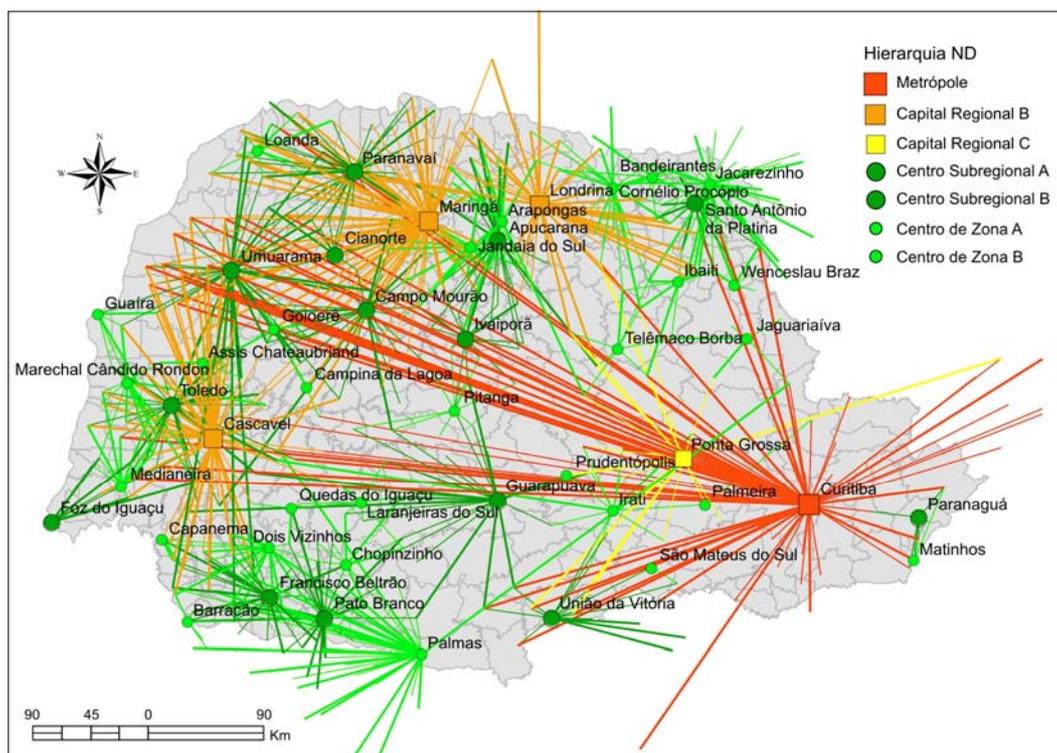
BASE CARTOGRÁFICA: IBGE 2005

FIGURA 5 - DESLOCAMENTOS PARA SERVIÇOS DE SAÚDE - PARANÁ - 2007



FONTE: IBGE (2008)  
BASE CARTOGRÁFICA: IBGE 2005

FIGURA 6 - DESLOCAMENTOS PARA CURSOS SUPERIORES - PARANÁ - 2007



FONTE: IBGE (2008)  
BASE CARTOGRÁFICA: IBGE 2005

Todo esse conjunto de informações merece ser detidamente analisado, pela riqueza de seu conteúdo, e melhor explorado em suas particularidades regionais.

### 3 UM COMPARATIVO ENTRE ESCALAS DA REDE URBANA

#### 3.1 HIERARQUIAS URBANAS E NATUREZA DOS CENTROS

Os resultados do REGIC 2007 podem ser comparados aos de outras escalas da rede urbana. Entre as disponíveis, buscaram-se similaridades e distinções entre a definida pelo convênio IPEA/IBGE/UNICAMP-NESUR, no estudo "Configuração e tendências da rede urbana do Brasil" (CONFIGURAÇÃO, 2002) e a do convênio Observatório das Metrôpoles/Ministério das Cidades, "Hierarquização e identificação dos espaços urbanos no Brasil" (RIBEIRO, 2009), escolhidas pela ampla divulgação e pelos debates que induziram.

Constata-se que há uma correspondência entre as escalas quanto à natureza de cada classe, o que permite comparações, e que as categorias superiores dessas classificações distinguem espaços de natureza metropolitana e não-metropolitana. Cabe anotar que apenas a classificação do REGIC inclui todos os municípios do Brasil (quadro 8).

QUADRO 8 - CORRESPONDÊNCIA ENTRE HIERARQUIA DE CENTROS DA REDE URBANA DO BRASIL

REGIC 2007 (IBGE, 2008)	OBSERV. METRÓPOLES / MIN. CIDADES 2004 <sup>(1)</sup> (RIBEIRO, 2009)	IPEA/IBGE/UNICAMP-NESUR (CONFIGURAÇÃO, 2002)
Grande Metrópole Nacional	Classe 1	Metrópole Global
Metrópole Nacional	Classe 2	Metrópole Nacional
Metrópole	Classes 3 e 4	Metrópole Regional
Capital Regional A	Classe 5	Centro Regional
Capital Regional B	Classe 6	Centro Sub-regional 1
Capital Regional C		Centro Sub-regional 2
Centro Sub-regional A		
Centro Sub-regional B		
Centro de Zona A		
Centro de Zona B		
Centros Locais		

FONTES: IBGE (2008), RIBEIRO (2009), CONFIGURAÇÃO (2002)

(1) Considera como de natureza metropolitana as unidades classificadas de 1 a 4; as classes 5 e 6 são consideradas não-metropolitanas.

A primeira classificação (CONFIGURAÇÃO, 2002) trabalhou dados da década de 1990 em dois níveis: a) de municípios com população superior a 100 mil habitantes urbanos, para a classificação na escala da rede urbana, englobando nessa classificação um conjunto de 111 municípios; b) de todo o conjunto de municípios para a identificação de aglomerações urbanas. A segunda (RIBEIRO, 2009) pesquisou o universo das unidades regionais institucionalizadas, no entorno de capitais – Regiões Metropolitanas (RMs) e Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDEs) –, assim como de todas as capitais de estados e suas aglomerações, quando ocorrem. Esse universo contemplou 471 municípios. A classificação considerou o conjunto de municípios agrupados nas unidades de análise.

Tomando como elemento de comparação as categorias superiores dessas classificações, e respeitando as diferenças das metodologias e universos de pesquisa adotados, verifica-se que São Paulo se distingue como centralidade máxima e o Rio de Janeiro, como a segunda centralidade de maior nível hierárquico, tanto no REGIC quanto na classificação do Observatório das Metrôpoles/Ministério das cidades, enquadrando-se ambas na mesma classe apenas na classificação do IPEA/IBGE/UNICAMP-

NESUR (quadro 9). Na classificação do REGIC, Brasília, que nas outras duas escalas posicionou-se juntamente com as demais metrópoles, ascende para a categoria de Metrópole Nacional, confirmando o peso da informação de função de gestão federal.

Entre as demais Metrópoles Regionais da classificação do IPEA, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Recife e Salvador enquadram-se na classe 3 do Observatório das Metrópoles, e na categoria de Metrópole no REGIC 2007, o que representa manutenção das condições classificatórias. Diferentemente, Belém, Goiânia e Manaus mantiveram-se em níveis similares nas duas primeiras classificações – Metrópole Regional, no IPEA, e classe 4, no Observatório –, elevando-se para a categoria de Metrópole no REGIC 2007. Todos esses centros tiveram correspondência em relação à classificação quanto à natureza metropolitana.

QUADRO 9 - COMPARAÇÃO DAS CLASSES DAS PRINCIPAIS CENTRALIDADES<sup>(1)</sup> - BRASIL

MUNICÍPIO	REGIC 2007 (IBGE, 2008)		OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES/MIN. DAS CIDADES 2004 (RIBEIRO, 2009)		IPEA/IBGE/UNICAMP-NESUR 2002 (CONFIGURAÇÃO, 2002)	
	Unidade	Classificação	Unidade	Classificação <sup>(2)</sup>	Unidade	Classificação
São Paulo	Sub-ACP	Grande Metrópole Nacional	RM	1	Município	Metrópole Global
Rio de Janeiro	ACP	Metrópole Nacional	RM	2	Município	Metrópole Global
Brasília	ACP	Metrópole Nacional	RIDE	3	Município	Metrópole Nacional
Fortaleza	ACP	Metrópole	RM	3	Município	Metrópole Nacional
Recife	ACP	Metrópole	RM	3	Município	Metrópole Nacional
Salvador	ACP	Metrópole	RM	3	Município	Metrópole Nacional
Belo Horizonte	ACP	Metrópole	RM	3	Município	Metrópole Nacional
Curitiba	ACP	Metrópole	RM	3	Município	Metrópole Nacional
Porto Alegre	Sub-ACP	Metrópole	RM	3	Município	Metrópole Nacional
Manaus	ACP	Metrópole	Município	4	Município	Metrópole Regional
Belém	ACP	Metrópole	RM	4	Município	Metrópole Regional
Goiânia	ACP	Metrópole	RM	4	Município	Metrópole Regional
Vitória	ACP	Capital Regional A	RM	4	Município	Centro Regional
Florianópolis	ACP	Capital Regional A	RM	4	Município	Centro Regional
Campinas	Sub-ACP	Capital Regional A	RM	4	Município	Metrópole Regional
São Luís	ACP	Capital Regional A	RM	5	Município	Centro Regional
Natal	ACP	Capital Regional A	RM	5	Município	Centro Regional
João Pessoa	ACP	Capital Regional A	RM	5	Município	Centro Regional
Maceió	ACP	Capital Regional A	RM	5	Município	Centro Regional
Aracaju	ACP	Capital Regional A	AU	5	Município	Centro Regional
Cuiabá	ACP	Capital Regional A	AU	5	Município	Centro Regional
Campo Grande	ACP	Capital Regional A	Município	5	Município	Centro Sub-regional 1
Teresina	ACP	Capital Regional A	RIDE	6	Município	Centro Regional
Londrina	ACP	Capital Regional B	RM	5	Município	Centro Regional
Joinville	ACP	Capital Regional B	RM	5	Município	Centro Sub-regional 1
Maringá	ACP	Capital Regional B	RM	6	Município	Centro Sub-regional 1
Blumenau	Município	Capital Regional B	RM	6	Município	Centro Sub-regional 1
Porto Velho	Município	Capital Regional B	Município	6	Município	Centro Regional
Palmas	Município	Capital Regional B	Município	6	Município	Centro Sub-regional 1
Santos	Sub-ACP	Capital Regional C	RM	5	Município	Centro Regional
Ipatinga	ACP	Capital Regional C	RM	6	Município	Centro Sub-regional 2
Criciúma	Município	Capital Regional C	RM	6	Município	Centro Sub-regional 2
Rio Branco	Rio Branco	Capital Regional C	Município	6	Município	Centro Regional
Boa Vista	Município	Capital Regional C	Município	6	Município	Centro Sub-regional 1
Macapá	ACP	Capital Regional C	Município	6	Município	Centro Sub-regional 1
Itajaí	Município	Centro Sub-regional A	RM	6	Município	Centro Sub-regional 2
Tubarão	Município	Centro Sub-regional A	RM	6		

FONTES: IBGE (2000), RIBEIRO (2009), CONFIGURAÇÃO (2002)

(1) Inclui apenas as unidades consideradas nas respectivas classificações.

(2) Considera como de natureza metropolitana as unidades classificadas de 1 a 4; as classes 5 e 6 são consideradas não-metropolitanas.

Florianópolis e Vitória, considerados Centros Regionais pelo IPEA e pelo Regic 2007, foram alçados à categoria de Metrôpoles (classe 4) pelo Observatório das Metrôpoles. Campinas, que foi classificada por IPEA como Metrôpole Regional, manteve-se na categoria metropolitana pelo Observatório das Metrôpoles, porém classificada no REGIC 2007 como Capital Regional A. Esses três centros apresentam-se em transição para a condição metropolitana – transição essa captada por alguns indicadores e refutada por outros.

Londrina e Santos também sofreram sutil declínio de patamar: ambos como Centros Regionais no IPEA, posicionados na classe 5 pelo Observatório das Metrôpoles, classificaram-se como Capital Regional B, o primeiro, e C, o segundo, no REGIC 2007.

Os Centros Regionais Aracaju, Cuiabá, João Pessoa, Maceió, Natal e São Luís, conforme IPEA, classificados em 5 pelo Observatório, de certa forma mantiveram-se em patamares similares no REGIC 2007. Também se mantiveram em classes similares Campo Grande, Teresina, Joinville, Maringá, Blumenau, Porto Velho, Palmas, Ipatinga, Criciúma, Rio Branco, Boa Vista, Macapá e Itajaí. Tubarão foi classificado apenas pelo Observatório das Metrôpoles, dada sua condição de polarizar unidade regional institucionalizada como RM. Dos centros classificados por IPEA como Sub-regionais 1, pode-se dizer que há grande correlação com as Capitais Regionais B, do REGIC, e os Sub-regionais 2, com as Capitais Regionais C.

### 3.2 IDENTIFICAÇÃO DE AGLOMERAÇÕES

Outra relação importante a ser feita é que as três classificações ressaltaram a presença de aglomerações no entorno dos centros das categorias principais da rede urbana. Enquanto o IPEA realizou a identificação dos espaços em aglomeração, separadamente da classificação dos municípios na escala da rede urbana, o Observatório das Metrôpoles e o REGIC consideraram na hierarquização os indicadores das unidades de análise agregados – todo o conjunto de municípios que constitui cada RM ou RIDE, capitais e suas aglomerações no primeiro,<sup>9</sup> ou as ACPs e Sub-ACPs, no segundo.

A condição de análise de unidade institucionalizada, no caso da classificação do Observatório das Metrôpoles, exigiu a elaboração de uma tipologia complementar que identificou o nível de integração dos municípios na dinâmica da aglomeração (metropolitana ou não), posto que os perímetros legais das RMs e RIDEs nem sempre respeitam as configurações das aglomerações urbanas de fato (MOURA *et al.*, 2007). No caso do REGIC, os critérios de identificação das ACPs traduzem exatamente as áreas aglomeradas, entretanto, não revelam aglomerações menores que o corte de tamanho mínimo estabelecido – os núcleos das ACPs devem compor-se de municípios que possuíam, segundo o Censo Demográfico de 2000, uma população de 350 mil habitantes ou mais,

---

<sup>9</sup> É importante salientar que o conjunto expressa o quadro das unidades formalizadas até o final do ano de 2003. Outras unidades já foram criadas e algumas revogadas, como no caso das unidades de Santa Catarina, conforme Artigo 209 da Lei Complementar 381/2007.

constituídos por uma cidade ou por mais de uma cidade de porte semelhante conurbada que, em conjunto, atendessem ao mesmo critério.

Esse motivo deixou de integrar algumas das aglomerações identificadas em IPEA, tais como Araçatuba, Araraquara/São Carlos, Blumenau, Cabo Frio, Caruaru, Cascavel, Criciúma, Itabira, Itajaí, Guaratinguetá/Aparecida, Limeira e Mogi-Guaçu/Mogi-Mirim – todos com menos de 350 mil habitantes.

De modo geral, há grande correlação entre as aglomerações urbanas identificadas em IPEA e as ACPs ou Sub-ACPs do REGIC (quadro 10). São exceções as ACPs de Campina Grande, Campo Grande, Campos dos Goytacazes, Feira de Santana, Juiz de Fora, Macapá, Manaus e Uberlândia, que não conformam aglomerações com municípios vizinhos; ou a Sub-ACP de Novo Hamburgo/São Leopoldo, que estava integrada à aglomeração metropolitana de Porto Alegre.

QUADRO 10 - COMPARATIVO DOS ESPAÇOS EM AGLOMERAÇÃO - BRASIL

(continua)

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO DE POPULAÇÃO – REGIC 2007	AGLOMERAÇÃO URBANA - IPEA 2002	RM, RIDE E AGLOMERAÇÃO URBANA - OBSERV. METR./MIN. CIDADES 2004
ACP de Aracaju	Aracaju	AU Aracaju
ACP de Belém	Belém	RM Belém
ACP de Belo Horizonte	Belo Horizonte	RM Belo Horizonte
ACP de Brasília	Brasília	RIDE Brasília
ACP de Caxias do Sul	Caxias do Sul	
ACP de Cuiabá	Cuiabá	AU Cuiabá
ACP de Curitiba	Curitiba	RM Curitiba
ACP de Florianópolis	Florianópolis	RM Florianópolis
ACP de Fortaleza	Fortaleza	RM Fortaleza
ACP de Goiânia	Goiânia	RM Goiânia
ACP de Ilhéus - Itabuna	Ilhéus/Itabuna	
ACP de Ipatinga - Coronel Fabriciano - Timoteo	Ipatinga	RM Ipatinga
ACP de João Pessoa	João Pessoa	RM João Pessoa
ACP de Joinville	Joinville	RM N/NE Catarinense
ACP de Juazeiro do Norte - Crato - Barbal	Juazeiro do Norte/Crato	
ACP de Londrina	Londrina	RM Londrina
ACP de Maceió	Maceió	RM Maceió
ACP de Maringá	Maringá	RM Maringá
ACP de Natal	Natal	RM Natal
ACP de Pelotas - Rio Grande	Pelotas/Rio Grande	
ACP de Petrolina - Juazeiro	Petrolina/Juazeiro	
ACP de Recife	Recife	RM Recife
ACP de Ribeirão Preto	Ribeirão Preto	
ACP de Salvador	Salvador	RM Salvador
ACP de São José do Rio Preto	São José do Rio Preto	
ACP de São Luís	São Luís	RM São Luís
ACP de Teresina	Teresina	RIDE Teresina
ACP de Vitória	Vitória	RM Vitória
ACP de Volta Redonda - Barra Mansa	Volta Redonda/Barra Mansa	
ACP do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	RM Rio de Janeiro
Sub-ACP de Campinas (SP2)	Campinas	RM Campinas
Sub-ACP de Jundiaí (SP6)	Jundiaí	
Sub-ACP de Porto Alegre (RS1)	Porto Alegre	RM Porto Alegre
Sub-ACP de Santos (SP3)	Santos	RM Santos

QUADRO 10 - COMPARATIVO DOS ESPAÇOS EM AGLOMERAÇÃO - BRASIL

(conclusão)

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO DE POPULAÇÃO – REGIC 2007	AGLOMERAÇÃO URBANA - IPEA 2002	RM, RIDE E AGLOMERAÇÃO URBANA - OBSERV. METR./MIN. CIDADES 2004
Sub-ACP de São José dos Campos (SP4)	São José dos Campos	
Sub-ACP de São Paulo (SP1)	São Paulo	RM São Paulo
Sub-ACP de Sorocaba (SP5)	Sorocaba	
ACP de Campina Grande		
ACP de Campo Grande		
ACP de Campos dos Goytacazes		
ACP de Feira de Santana		
ACP de Juiz de Fora		
ACP de Macapá		
ACP de Manaus		
ACP de Uberlândia		
Sub-ACP de Novo Hamburgo/São Leopoldo		RM Porto Alegre
	Caruaru	
	Blumenau	RM Vale do Itajaí
	Limeira	
	Cascavel	I
	Araraquara/São Carlos	
	Araçatuba	
	Criciúma	RM Carbonífera
	Itajaí	RM Foz do Itajaí
	Cabo Frio	
	Mogi-Guaçu/Mogi-Mirim	
	Guaratinguetá/Aparecida	
	Itabira	
		RM Tubarão

FONTES: IBGE (2008), CONFIGURAÇÃO (2002), RIBEIRO (2009)

Grande parte das ACPs identificadas pelo REGIC 2007 e das aglomerações urbanas de IPEA (2002) encontra-se institucionalizada como Região Metropolitana ou Aglomeração Urbana (AU), em conformidade às categorias constitucionais dispostas no Artigo 25, § 3.º da Constituição Federal, ou como Região Integrada de Desenvolvimento, de acordo os artigos 21, inciso IX, 43 e 48, inciso IV da Constituição. As RMs, RIDEs e aglomerações não-institucionalizadas existentes no entorno de capitais de estados, objeto da pesquisa do Observatório das Metrôpoles, examinada a extensão dos perímetros e as assimetrias entre os municípios integrantes, quando identificados os níveis de integração à dinâmica da aglomeração, apontaram que os limites formais em pouco se aproximam dos limites da configuração urbana de fato.

Observa-se que entre os 471 municípios integrantes dos grandes espaços urbanos brasileiros, e pesquisados quanto ao nível de integração, excetuando-se os 37 polos, apenas 65 tinham nível muito alto, e 83, nível alto de integração, perfazendo 35% do conjunto de municípios. No extremo dos níveis baixo e muito baixo, situavam-se 39,8% dos municípios, demonstrando um distanciamento muito grande da intensidade de fluxos, da dinâmica de crescimento, da densidade de ocupação ou da realização de funções urbanas selecionadas como indicadores de integração.

O estudo do Observatório das Metr6poles tamb6m concluiu que muitas das RMs instituídas eram polarizadas por centros que n6o apresentavam indicadores – ou mesmo indícios – da natureza metropolitana. Considerando que as manifesta76es parlamentares pela cria76o de novas RMs ocorrem sem o cuidado da precis6o conceitual ou da considera76o do fen6meno urbano, essas preocupa76es tornam-se pertinentes e refor76am a necessidade de se manter aberto e de se difundir o debate, como forma de evitar desvios e banaliza76es que, al6m de atentarem contra a literatura disponível, criam uma ilus6o seguida de um desencanto nas comunidades envolvidas. Afinal, ascender ao *status* de metr6pole deveria significar alcan76ar mudan76as na qualidade urbana – tais mudan76as n6o emanam da ado76o (equivocada) do conceito, tampouco da formaliza76o de um recorte que, em si, n6o impulsiona movimentos de coopera76o intermunicipal, intersetorial e participativos – estes sim capazes de provocar transforma76es e conquistas.

#### 4 TENDÊNCIAS E PERSPECTIVAS

A análise da evolução da rede urbana do Brasil aponta para pequenas transformações na composição das principais centralidades ao longo de quatro décadas, com movimentos de ampliação do número de centros, leves reposicionamentos e interiorização de um nó relevante, com a consolidação de Brasília como Metrópole Nacional.

Permanecendo inalterado o modo de produção e a base produtiva vigente, a configuração espacial concentrada, que caracteriza a rede urbana atual, tende a se manter, reforçando a estrutura básica e admitindo poucas inserções de novas centralidades nos níveis secundários da hierarquia. A nova tendência que se apreende dos resultados apresentados é de que os nós principais da rede possam mudar em sua dimensão espacial, vindo a compor arranjos mais complexos, aglutinadores, em um mesmo conjunto, de ACPs, Sub-ACPs e centros de variados níveis hierárquicos.

O grande fenômeno de aglutinação de seis Sub-ACPs – São Paulo, Campinas, Jundiaí, Sorocaba, São José dos Campos e Santos –, e de um amplo conjunto de centralidades em níveis superiores na hierarquia urbana no entorno da Grande Metrópole Nacional de São Paulo, é um elemento concreto dessa tendência. A mesma já desponta no Rio Grande do Sul, no entorno da Metrópole de Porto Alegre, reunindo duas Sub-ACPs – Porto Alegre e Novo Hamburgo/São Leopoldo –, além de centralidades relevantes. Leituras regionais mais apuradas podem aprofundar a análise desses casos e desvendar outros processos embrionários nas demais unidades da Federação.

Projetos nacionais de reforço à polinucleação, como medida de desconcentração das áreas de maior densidade do país, podem reverter a tendência da permanência concentradora da rede urbana. Elementos para tais projetos podem ser encontrados na proposição de macro e mesopolos estratégicos para o reordenamento do território, voltado a um Brasil policêntrico, expressa no Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento (BRASIL, 2008).

Nessa proposta, que inclui a regionalização do território nacional, são delimitadas 11 macrorregiões de referência, com seus respectivos (18) macropolos urbanos, organizadores de seus espaços de influência. Essa rede de macropolos, com equipamentos e atributos distribuídos, poderia viabilizar uma maior integração e um melhor ordenamento do território, subsidiando o processo de planejamento, desde que "guiado pela busca ideal de um país policêntrico" (BRASIL, 2008, p.115).

Além dos macropolos considerados como consolidados – Belo Horizonte, Brasília, Curitiba, Fortaleza, Goiânia, Manaus, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo –, foram selecionados outros sete macropolos, "alguns já reconhecidos como tais e outros que podem ser considerados novos e que deveriam ser induzidos e estimulados" (p.117): Belém, Campo Grande, Cuiabá, Palmas, Porto Velho, São Luís e Uberlândia, cada um com seu papel específico na direção de conter a concentração, organizar regiões produtivas, fortalecer áreas econômicas e garantir a integração interna e com países a oeste da América do Sul.

No âmbito da Região Sul, Curitiba e Porto Alegre bipolarizam a macrorregião Extremo Sul. Tal junção dos dois polos foi justificada para dar maior visibilidade à integração da parcela Sul do país e evitar autonomizar uma unidade da Federação como macropolo. Pela posição geográfica, essa

macrorregião oferece dois polos consolidados que serviriam de pontos de suporte à integração do Sul do Brasil e deste com os países da América do Sul, como afirma o estudo.

Os novos 22 subpolos estratégicos foram selecionados a partir de modelo de hierarquia, da distribuição geográfica, do potencial produtivo das várias sub-regiões, assim como da necessidade de reduzir as desigualdades regionais e sociais. Embora o estudo tenha evitado selecionar subpolos no Sul e Sudeste do Brasil, pelo seu maior desenvolvimento e rede de cidades ampla e estruturada, três subpolos foram selecionados, visando facilitar a integração com os países limítrofes do Cone Sul: Santa Maria, Chapecó e Cascavel. Cada subpolo ou conjunto deles teriam papéis específicos a cada porção do território nacional, dentro dos objetivos da proposta.

A ideia é bem-fundamentada e sabe-se que, historicamente, o Estado vem sendo o elemento impulsionador da ocupação e do desenvolvimento regional no Brasil. Assim, implementada, essa proposta poderia provocar transformações relevantes no desenho da rede urbana em anos vindouros. Mas, até o momento, nenhuma ação concreta indica sua implementação, ao menos a curto prazo.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. **Estudo da dimensão territorial para o planejamento**. Brasília: MP/SPI, 2008. v. 3: Regiões de referência.
- CASTELLO BRANCO, M. L. G. **Áreas de concentração de população**. Trabalho apresentado na mesa-redonda "Áreas de concentração de população: regiões metropolitanas, cidades médias, cidades gêmeas, cidades de fronteiras", no II Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais, Rio de Janeiro, 2006.
- CONFIGURAÇÃO atual e tendências da rede urbana do Brasil. Brasília: IPEA, 2002. (Série caracterização e tendências da rede urbana do Brasil, 1). Convênio IPEA, IBGE, UNICAMP/IE/NESUR.
- IBGE. **Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas**. Rio de Janeiro, 1972.
- IBGE. **Regiões de influência das cidades 1993**. Rio de Janeiro, 2000.
- IBGE. **Regiões de influência das cidades 2007**. Rio de Janeiro, 2008.
- IBGE. **Regiões de influência das cidades**. Rio de Janeiro, 1987.
- IPARDES. **Leituras regionais**: mesorregiões geográficas paranaenses. Curitiba, 2004. 1 CR-ROM.
- IPARDES. **Oeste paranaense: o 3º espaço relevante**: especificidades e diversidades. Curitiba, 2008. Estudo Os Vários Paranás.
- IPARDES. **Os vários Paranás**: estudos socioeconômico-institucionais como subsídio aos planos de desenvolvimento regional. Curitiba, 2005.
- IPARDES. **Os vários Paranás**: identificação de espacialidades socioeconômico-institucionais como subsídio a políticas de desenvolvimento regional. Curitiba, 2006.
- MOURA, R. **Arranjos urbano-regionais complexos no Brasil**. Curitiba, jun. 2008. Relatório de qualificação ao Doutorado, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Paraná.
- MOURA, R. *et al.* **Nível de integração dos municípios à dinâmica metropolitana**. Curitiba: IPARDES, 2007. (Primeira versão, 5).
- OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLIS. **Identificação dos espaços metropolitanos e construção de tipologias**: relatório da atividade 1. Curitiba: IPARDES, 2004. Projeto análise das Regiões Metropolitanas do Brasil. Trabalho realizado por IPPUR, FASE, IPARDES.
- REOLON, C. A. **A aglomeração urbana da soja**: Cascavel e Toledo no contexto da metropolização na Mesorregião Oeste Paranaense. 2007. Dissertação (Mestrado) - UNIOESTE/Campus de Toledo, Toledo, 2007.
- RIBEIRO, L. C. de Q. (Org.). **Hierarquização e identificação dos espaços urbanos**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2009.